OPEN ACCESS
10.21665/2318-3888.v14n28p35

Ambivalências
revista de antropologia do ppga-ufs

Festas e cidades: ritos festivos e a diferença no espaço público contemporâneo

A festa deslocada: o Concurso de Agremiações Carnavalescas frente às transformações recentes no centro do Recife

Karla Danielle Santos de Oliveira[1]
Universidade Federal de Pernambuco

Leonardo Leal Esteves[2]
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Neste texto, buscamos discutir as consequências, no âmbito do patrimônio imaterial, das alterações radicais em curso no centro do Recife. De modo particular, procuramos refletir sobre como o projeto de desenvolvimento e ocupação para a referida região e as mudanças na dinâmica do Carnaval do Recife parecem ter contribuído para deslocamentos espaciais em uma das atividades mais importantes para os segmentos de cultura popular do Carnaval: o Concurso de Agremiações Carnavalescas do Recife. O trabalho apresenta parte dos resultados de nossas pesquisas, respectivamente, sobre os impactos das mudanças em curso na região central do Recife e sobre os sentidos em torno do Concurso de Agremiações Carnavalescas na cidade. Com isso, chamamos a atenção para a relação de elementos da festa com uma determinada área do Recife e para os impactos mais imediatos do seu deslocamento.

Palavras-chave

Carnaval. Cidade. Concurso de Agremiações Carnavalescas do Recife.

1. Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE), com pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

2. Doutor e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA-UFPE). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, com bolsa concedida pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB), conforme o termo nº 480/2025.

La fiesta desplazada: el Concurso de Asociaciones Carnavalescas ante los recientes cambios en el centro de Recife

Resumen: En este ensayo pretendemos analizar las consecuencias, en el ámbito del patrimonio inmaterial, de los cambios radicales que se están produciendo en el centro de Recife. En concreto, pretendemos reflexionar sobre cómo el proyecto de desarrollo y ocupación de dicha región y los cambios en la dinámica del Carnaval de Recife parecen haber contribuido a los desplazamientos espaciales en una de las actividades más importantes para los segmentos de la cultura popular del Carnaval: el Concurso de Asociaciones Carnavalescas de Recife. El trabajo presenta parte de los resultados de nuestras investigaciones, respectivamente, sobre los impactos de los cambios que se están produciendo en la zona central de Recife y sobre los significados que se atribuyen al Concurso de Asociaciones Carnavalescas en la ciudad. Con ello, queremos llamar la atención sobre la relación entre los elementos de la fiesta y una zona concreta de Recife, así como sobre las repercusiones más inmediatas que tiene su traslado.

Palabras clave: Carnaval. Ciudad. Concurso de Asociaciones Carnavalescas de Recife.

The displaced fiest: the Carnival Club Contest in light of recent changes in downtown Recife

Abstract: In this paper, we tried to reflect on the consequences, in the context of intangible cultural heritage, of the radical changes underway in downtown Recife. In particular, we tried to shed some light on the matter of how the development and land-use plan for this region, and the changes in the dynamics of Recife's Carnival, appear to have contributed to spatial displacements in one of the most important activities for the popular culture segments of Carnival: the Recife Carnival Club Competition. This paper presents preliminary findings from our research on, respectively, the impacts of ongoing changes in central Recife and the meanings associated with the Recife Carnival Clubs Competition in the city. With that, we shed light on the connection between fiest's elements and a specific area of Recife, as well as on the most immediate impacts of its relocation.

Keywords: Carnival. City. Recife Carnival Club Competition.

Introdução

Em 2023, após dois anos de interrupção, as agremiações e os foliões do Recife puderam finalmente retomar o seu famoso Carnaval. Nos anos anteriores, a festa havia sido suspensa devido à pandemia de Covid-19. Em 2021, por exemplo, a oferta de vacinas, infelizmente, ainda era restrita no Brasil e a Organização Mundial da Saúde (OMS) e as autoridades sanitárias recomendavam o distanciamento social, além de outras medidas sanitárias, como forma de evitar o contágio pelo SARS-CoV-2[3].

Conforme o Boletim Epidemiológico,

> o Ministério da Saúde recebeu a primeira notificação de um caso confirmado de Covid-19 no Brasil em 26 de fevereiro de 2020. De 26 de fevereiro de 2020 a 13 de fevereiro de 2021, foram confirmados 9.809.754 casos e 238.532 óbitos por Covid-19 no Brasil (Ministério da Saúde, 2021, p. 7).

3. Esse vírus, como se sabe, apresentava altíssimo grau de contágio e de transmissão por vias aéreas, podendo provocar uma síndrome respiratória grave, além de ter um potencial risco de letalidade.

Diante do grave quadro da epidemia no país, com registros de mais de mil e quinhentas mortes por dia, o governo do Estado de Pernambuco resolveu suspender o Carnaval (Alves, 2021).

Em 2022, pelo segundo ano consecutivo, as pessoas não puderam ocupar as ruas nos dias de Momo. Conforme nota da Prefeitura do Recife, apesar de a cidade apresentar mais de 83% de sua população acima de 12 anos com esquema vacinal completo contra a Covid-19, houve um crescimento expressivo de casos de gripe naquele período, o que poderia provocar uma sobrecarga no sistema de saúde da cidade (Recife, 2022). Diante do quadro epidemiológico, por precaução, o poder público precisou proibir novamente a realização da festa.

No ano seguinte, entretanto, quando as agremiações carnavalescas e os foliões finalmente puderam reocupar as ruas, a cidade e o Carnaval do Recife já não eram os mesmos. Apesar da enorme expectativa das pessoas e dos coletivos envolvidos para caírem na folia, uma mudança significativa na paisagem do centro da capital pernambucana estava em curso. Além disso, o próprio Carnaval parecia ter se transformado.

Naquela ocasião, com isso, o tradicional desfile das agremiações carnavalescas do Recife não pôde acontecer nas ruas dos bairros de São José e Santo Antônio, onde costumava ser realizado há mais de 90 anos. Em 2023, o desfile foi transferido para uma área mais afastada do centro da cidade, à revelia dos representantes das agremiações. Esse deslocamento, no entanto, não parece ter ocorrido por acaso. A mudança, ao que tudo indica, acompanha uma tendência de transformação que se observa na paisagem do centro do Recife e na própria organização e no formato da festa.

Aparentemente, um crescente processo de gentrificação estava ocorrendo em determinadas áreas do Recife. Por seu turno, a própria dinâmica e a estrutura do Carnaval recifense também haviam sido alteradas, consolidando um modelo de festa que havia sido iniciado em anos anteriores, marcado cada vez mais pelo deslocamento das ruas para os palcos e do espaço público para os camarotes privados.

Neste artigo, portanto, buscamos discutir as consequências, no âmbito do patrimônio imaterial, das alterações radicais em curso nessa região da cidade. De modo particular, procuramos refletir sobre como o projeto de desenvolvimento e ocupação para a referida região e as mudanças na dinâmica do Carnaval do Recife parecem ter contribuído para deslocamentos espaciais em uma das atividades mais importantes para os segmentos de cultura popular do Carnaval: o Concurso de Agremiações Carnavalescas do Recife. O trabalho traz parte dos resultados parciais de nossas pesquisas, respectivamente, sobre os impactos das mudanças em curso na região central do Recife (Esteves, 2024) e sobre os sentidos em torno do Concurso de Agremiações Carnavalescas na cidade (Oliveira; Medeiros, 2025).

Entre as estratégias metodológicas que temos utilizado em nossos respectivos trabalhos, estão: a observação direta, entrevistas e conversas informais com moradores, comerciantes, carnavalescos, representantes do poder público e integrantes de movimentos sociais. Além disso, temos analisado relatórios oficiais, mapas, notícias na mídia e projetos que estão sendo frequentemente disponibilizados em portais do poder público. As discussões aqui apresentadas neste artigo trazem, portanto, parte dessas análises, bem como reflexões convergentes, após o encontro que tivemos por ocasião do seminário "Antropologia das Festas e Circuitos Festivos: diversidades, experiências e disputas simbólicas", organizado pelo Observatório de Museus e Patrimônios Culturais (Observamus), realizado em junho de 2026, na Universidade Federal de Pernambuco[4].

1 A pandemia da Covid-19 e a cidade como *locus* de investimentos: notas sobre as transformações recentes no centro do Recife

Algumas áreas do centro do Recife vêm passando por alterações significativas, a partir da instalação de um megaprojeto urbanístico, imobiliário e turístico chamado "Novo Recife". Esse projeto prevê a construção de uma dezena de prédios de luxo, em uma área de aproximadamente 100 mil m², que pertencia à Rede Ferroviária Federal – RFFSA (Sarmento, 2018; Esteves, 2024).

A área está situada à frente da bacia do Pina, onde anteriormente funcionavam armazéns de açúcar, mantendo ligação direta à região do Porto do Recife e aos bairros da zona sul mais valorizados da cidade, como Boa Viagem. Trata-se de uma região extremamente cobiçada atualmente no mercado imobiliário local, por conta de sua proximidade a cursos d'água navegáveis, pela ligação direta que mantém com alguns corredores e bairros importantes da cidade, bem como por sua paisagem (Arruda, 2025; Sarmento, 2018). Além disso, o terreno está localizado no bairro de São José e em uma área vizinha a bairros tradicionais do centro, como Santo Antônio e o Bairro do Recife, núcleos urbanos originários da cidade que reúnem um rico acervo patrimonial.

Nessa região e em alguns bairros próximos, há a maior concentração de edificações, monumentos e bens tombados como patrimônio na cidade, em nível municipal, estadual e/ou federal, bem como uma tradicional atividade de comércio popular (Esteves, 2024; Medeiros e Barreto, 2021; Sarmento, 2018). Além disso, trata-se de uma área em que, durante muito tempo, havia intensa movimentação de pessoas em razão do funcionamento de diversas agências bancárias, repartições públicas, cartórios, sedes de

4. Na ocasião, participamos como conferencistas convidados do referido seminário e, após o evento, decidimos produzir esse artigo para discutir parte dos resultados das pesquisas que estamos atualmente realizando.

jornais, lanchonetes, padarias, cinemas de rua e outros equipamentos culturais, bem como prédios residenciais, onde moravam antigos comerciantes, funcionários públicos, estudantes e famílias de classe média de modo geral.

Nas últimas décadas, no entanto, sobretudo após a pandemia de Covid-19, houve uma aparente diminuição de atividades econômicas no centro da cidade. No esteio de sucessivas crises, da aceleração de mudanças estruturais urbanas em curso nos últimos anos e dos impactos gerados pela gestão desastrosa da epidemia no nosso país[5], parte significativa desse comércio popular, dos bancos, das sedes de jornais e de outros estabelecimentos comerciais e de serviços migrou para o formato online, mudou-se para outra região da cidade ou simplesmente fechou suas portas. Além disso, houve um aumento expressivo no número de famílias em situação de rua e em situação de vulnerabilidade social vivendo ou circulando na localidade, assim como em diferentes cidades do Brasil[6] (Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastramento Único, 2026).

Esse quadro de estagnação econômica e de aparente "esvaziamento" do centro do Recife (ou de mudança no perfil das pessoas que passaram a ocupar o local) passou a ser usado para justificar uma série de projetos e de ações por parte da Prefeitura do Recife nos últimos anos, como forma de dinamizar o comércio e os serviços e de reordenar e incentivar a reocupação de determinadas áreas da cidade. O local converteu-se, desde então, em um *locus* privilegiado de investimentos por parte de determinados segmentos da iniciativa privada, que viram aquela ocasião como uma oportunidade ideal para concretizar alguns planos de reestruturação urbana que haviam sido gestados em anos anteriores (Bernardino, 2024).

Entre as medidas tomadas estavam o incentivo para que empresas de tecnologia pudessem ser instaladas na região, a restauração de prédios e monumentos tombados, incentivos a projetos de *retrofit* em edifícios residenciais, a realização de atividades de comércio, lazer e turismo nos fins de semana, entre outras ações.

Além disso, o megaprojeto urbanístico, imobiliário e turístico "Novo Recife", que havia sido concebido em 2012, depois de muita resistência e de embates com alguns setores da sociedade civil e movimentos sociais, finalmente passou a ser executado no

5. Cientistas Sociais avaliam que diversos aspectos contribuíram para o prolongamento e para a gravidade das consequências sociais e econômicas da pandemia em nosso país, entre as quais atitudes negacionistas por parte de alguns governantes e atrasos sistemáticos no início da vacinação pública (Grossi; Toniol, 2020).

6. De acordo com a Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastramento Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome houve um aumento significativo de pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico nos últimos anos em todo o país, no período de 2012 a 2024. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram as cidades que concentraram o maior número de pessoas nessa situação. Recife, por sua vez, foi a nona cidade com maior número de famílias em situação de rua no país naquele período.

centro do Recife, com a construção e o funcionamento de algumas torres às margens do antigo Cais José Estelita, a instalação de um hotel-marina de luxo e de um centro de convenções moderno na região. Em paralelo a essas alterações, o poder público veio a restaurar alguns monumentos e adotar aquilo que alguns autores têm chamado de "tecnologias de expulsão" (Medeiros; Barreto, 2021), com a retirada do comércio informal de vários pontos do centro da cidade, com a justificativa de liberar calçadas e permitir a mobilidade urbana (Esteves, 2024).

Vale salientar que as mudanças no centro do Recife não são um fenômeno novo. Ao contrário, a paisagem e a estrutura do centro da capital pernambucana vêm sendo palco de profundas transformações, desde a consolidação do seu núcleo urbano originário no século XVI, passando pelo adensamento populacional e pela implementação de políticas higienistas no século XIX (Santos, 2009; Pontual, 2021), até os projetos de modernização que se sucederam no século XX (Medeiros e Barreto, 2021). Como observou Henri Lefebvre (2001), o espaço urbano não é um ambiente estático; ele está em processo de transformação permanente ao longo do tempo, em decorrência das relações sociais e das forças econômicas.

Na obra "São José: olhares e vozes em confronto", a urbanista Juliana Melo Pereira (2021) descreve parte das mudanças que foram implementadas no centro do Recife, por exemplo, ainda entre o final do século XIX e o início do século XX. Conforme a autora:

> Até o final do século XIX predominavam em Santo Antônio e São José formas de uma cidade colonial; ambos consolidavam – junto ao bairro do Recife – a área mais importante da cidade. Os bairros eram caracterizados pela alta compacidade da forma construída: quadras grandes, lotes estreitos, densamente ocupados por sobrados ou casario de porta e janela; ruas estreitas e tortuosas desembocando em pátios e adros das igrejas seiscentistas [...]. No início do século XX, assim como no Rio de Janeiro e nas demais capitais brasileiras, foi iniciado um amplo processo de reformas no centro do Recife. A forma urbana colonial se tornou tão obsoleta, representação do "atraso" e "passado", a ser substituída pela cidade considerada moderna. Para justificar a mudança drástica do tecido urbano existente, foram alegadas melhorias de circulação, higiene, salubridade e estética da cidade (Pereira, 2021, p. 56-57).

No final do século XX, além disso, entra em curso um processo inédito de transformações das cidades brasileiras, a partir da consolidação do novo pacto federativo estabelecido pela Constituição de 1988, no qual se transfere aos municípios a responsabilidade definitiva pelo planejamento urbano-territorial, em um contexto de economia globalizada e de crise de investimentos do setor público (Bernardino, 2024). Com isso, o centro do Recife passa a sofrer um conjunto de mudanças que se intensificaram nas últimas décadas, a partir de investimentos da iniciativa privada.

Talvez o caso mais emblemático para compreender partes das mudanças que ocorreram recentemente nessa cidade, e que passou a ser amplamente conhecido nas ciências sociais a partir de trabalhos de autores como Rogério Proença Leite (2002), tenha sido a revitalização do bairro do Recife. Naquele momento, foram realizadas a restauração de sobrados e de monumentos, a readequação de praças, a construção de museus, a instalação de equipamentos de lazer e de turismo, entre outras ações, com o investimento público e o envolvimento da iniciativa privada, de empresas, como a Fundação Roberto Marinho[7]. Esse modelo de requalificação dos espaços foi amplamente utilizado também em outras cidades naquele período, como nos centros históricos de Salvador e do Rio de Janeiro.

Após a pandemia de Covid-19, no entanto, conforme mencionado, essas transformações ganharam um novo fôlego e passaram a ser implementadas em outras áreas do centro da cidade, com a entrada de novos atores sociais acompanhando uma tendência global de financeirização dos espaços urbanos (Bernardino, 2024; Rolnik, 2015). Em 2025, além disso, a prefeitura do Recife aprovou, após uma sequência de seminários e de audiências públicas, uma nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Recife, 2025a) que favoreceu a instalação de empreendimentos imobiliários em diversas áreas tradicionalmente protegidas da especulação imobiliária.

Vale destacar que, entre os parâmetros urbanísticos e de adensamento populacional permitidos pela nova legislação, constam critérios que favorecem a construção de unidades originalmente destinadas a chamadas "habitações de interesse social", que podem ser financiadas por programas federais, como o Minha Casa, Minha Vida. Na prática, no entanto, alguns analistas avaliam que esses parâmetros parecem contribuir com os projetos das grandes construtoras e com o interesse de pequenos investidores que buscam adquirir microapartamentos em determinadas áreas da cidade, destinados a aluguéis de curta temporada[8] (Santos, 2025).

Observa-se também que uma das áreas mais centrais da capital pernambucana, onde ocorrem atividades intimamente ligadas à vida cultural e ao Carnaval da cidade, passou a ser recentemente foco de um projeto ambicioso de concessão da Prefeitura do Recife à iniciativa privada, por um período de 30 anos. Chamado de "Distrito Guararapes", o projeto prevê um conjunto de alterações por meio de uma Parceria Público-Privada para a requalificação urbana e paisagística, dinamização econômica, ações de mobilidade, entre outros aspectos.

---

7. Esse modelo foi igualmente adotado em diversas cidades do país, como o Rio de Janeiro e Salvador (Guimarães, 2013; 2020).

8. Raquel Rolnik (2015) já havia observado em sua pesquisa que, em muitos países, programas governamentais voltados ao financiamento de habitações populares acabam muitas vezes favorecendo grandes investidores.

Nesse contexto, as alterações em curso na região devem provocar uma mudança significativa na paisagem da cidade e na dinâmica das festividades, como o Carnaval. Percebe-se nos últimos anos, por exemplo, uma crescente "camarotização" da festa, a partir da instalação cada vez maior de "espaços VIP", com acesso restrito à compra de ingressos de alto valor no Bairro do Recife, onde acontece a maior parte das atividades do carnaval de rua da cidade. Além disso, em desfiles de blocos tradicionais, como o Galo da Madrugada, há cada vez mais a realização de shows fechados e a oferta de serviços de segurança e de consumo, do tipo "tudo incluso". Há, em suma, uma crescente reprodução da lógica dos "enclaves fortificados" (Caldeira, 2000), em meio a uma festa que, durante muito tempo, ficou conhecida como uma das mais democráticas e populares do Brasil (Andrade, 2016; Garrabé, 2012).

Uma mudança claramente sentida na dinâmica da festa, no entanto, como mencionamos, ocorreu em 2023, com a transferência do Concurso de Agremiações Carnavalescas para outro local da cidade. Antes de discutir sobre essa alteração, no entanto, é necessário analisar a importância dessa atividade para as agremiações e para os sujeitos envolvidos com o Carnaval no Recife. A seguir, apresentaremos alguns comentários acerca dos significados e das transformações do Concurso de Agremiações Carnavalescas ao longo do tempo.

2 Entre o controle estatal e a relevância social: os múltiplos sentidos do Concurso de Agremiações Carnavalescas do Recife

O Concurso de Agremiações Carnavalescas do Recife ocupa tradicionalmente um papel importante na história do Carnaval do Recife e na dinâmica das agremiações carnavalescas da cidade, apesar de suas transformações ao longo da história e das diversas gestões municipais. Essa é uma das atividades que ocorrem há mais tempo no Carnaval recifense, reunindo 11 diferentes modalidades e mais de 200 grupos, tanto da Região Metropolitana como do interior do Estado.

As agremiações se preparam o ano inteiro para desfilar com fantasias e alegorias cuidadosamente elaboradas, na tentativa de agradar à plateia e aos jurados. Cada uma das modalidades desfila na passarela com cores, sons e performances próprias. Nela, ocorrem os desfiles das escolas de samba, dos maracatus de baque solto, dos caboclinhos, dos maracatus nação, dos clubes carnavalescos, das troças, dos clubes de bonecos, dos blocos líricos, além dos bois de Carnaval, das tribos de índio e dos Ursos (ou La Ursas).

Cada modalidade se subdivide em categorias denominadas "grupo especial", "grupo de acesso", "grupo um" e "grupo dois". Os participantes de cada segmento competem entre si, nos respectivos grupos, e são avaliados por comissões julgadoras es-

pecializadas. O grupo especial reúne as agremiações com os melhores desempenhos nos anos anteriores e se apresenta tradicionalmente na área central da cidade, com os desfiles ocorrendo no domingo, na segunda e na terça-feira de Carnaval, em horários definidos por sorteio. Toda essa organização é regida por um edital, elaborado pela Prefeitura do Recife, com o objetivo de valorizar as agremiações e as manifestações culturais próprias do ciclo carnavalesco (Recife, 2025b, p. 1).

Os grupos vencedores recebem premiações. Essas premiações são entendidas como uma forma do poder público estimular a continuidade das agremiações, contribuindo para a salvaguarda das expressões culturais carnavalescas (Recife, 2025b, p. 1). O concurso integra, além disso, os planos de salvaguarda de vários patrimônios imateriais já registrados, como as agremiações ligadas ao frevo, os maracatus de baque solto e os caboclinhos. Em outras palavras, os desfiles são reconhecidos como parte importante da própria política de preservação de muitas dessas expressões culturais. Além disso, é o espaço em que muitas agremiações reconhecidas como Patrimônios Vivos[9] municipais e estaduais realizam os seus desfiles.

Vale salientar que nem sempre esse concurso foi organizado pela Prefeitura do Recife e que nem sempre os desfiles tiveram o formato atual. Até a década de 1930, ele era organizado pelo comércio local e pelas redações da imprensa da época. Depois disso, passou a ser regido pela Federação Carnavalesca de Pernambuco – FECAPE (Santos, 2010). Essa instituição foi criada em 1935, no contexto da chamada "Era Vargas", durante a gestão do então governador de Pernambuco, Agamenon Magalhães, com fins de "harmonizar as agremiações carnavalescas, dar-lhes sadia orientação, educá-las, encaminhá-las para os princípios mais elevados" (Santos, 2010, p. 187).

Naquela época, havia um discurso recorrente por parte dos jornais e de registros nos documentos oficiais que:

> Os agrupamentos carnavalescos viviam em ambiente de rivalidade tal, hostilizavam-se de tal maneira que havia receio de irem às ruas pessoas pacatas, porque o encontro de dois clubes carnavalescos era sinal de derramamento de sangue. Vitorioso era o clube deixava nas ruas o maior número de perdidos e até de mortos. Os compositores faziam músicas especiais para o momento do encontro, conhecidas como "abafadoras" não só para superar a orquestra do clube adversário, como para excitar à luta os próprios partidários. Por outro lado, esses agrupamentos carnavalescos poderiam tornar-se sementeiras de ideias perniciosas, ameaçadoras de subversão do mundo (Santos, 2010, p. 188).

9. O título de Patrimônio Vivo é uma lei estadual (Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002, alterada pela Lei nº 15.944, de 14 de dezembro de 2016 e pela Lei nº 19.248, de 4 de junho de 2026) que reconhece anualmente Mestres, Mestras e Grupos e concede uma bolsa vitalícia aos contemplados para a salvaguarda de suas práticas e saberes tradicionais. Em 2021, além disso, a Prefeitura do Recife passou a reconhecer indivíduos e coletivos como Patrimônio Vivo em nível municipal (Lei Municipal nº 18.827, de 06 de setembro de 2021).

O Concurso de Agremiações Carnavalescas, nesse sentido, foi criado para fomentar, organizar e, sobretudo, tentar controlar as atividades das agremiações durante a celebração do Carnaval (Esteves, 2026). Naquele período, ainda não havia arquibancadas e os espectadores se concentravam em um palanque (uma espécie de tablado colocado próximo ao desfile).

Com o tempo, esse concurso veio a adquirir outros formatos e outros sentidos. Além disso, as agremiações passaram a contar com incentivo financeiro da Prefeitura do Recife entre os anos de 1950 e 1970 (Silva, 2015). Nesse contexto, o caráter agonístico que mobiliza as agremiações a cada ano passou a fazer parte da própria dinâmica existencial, econômica, social e simbólica de muitos desses coletivos. Desde então, os desfiles foram transferidos da Avenida Guararapes para a Avenida Dantas Barreto[10], já com o formato de passarela e arquibancada. Com a produção dessa nova espacialidade, os concursos ganharam arquibancadas para que o público pudesse contemplar melhor as agremiações (Menezes Neto, 2010).

Nos anos 1980, esse formato do concurso foi fortemente questionado por intelectuais e pesquisadores da época, sob o argumento de que ele não favorecia a participação efetiva dos foliões, bem como não fazia parte da tradição do Carnaval do Recife (Menezes Neto, 2010). Desse modo, entre 1980 e 1983, o concurso ocorreu sem arquibancadas, para que o público pudesse estar mais próximo às agremiações. Os desfiles começavam no bairro da Boa Vista e seguiam pelo bairro de São José[11], integrando a programação do que foi chamado "Carnaval participação", sem competição, em um espaço em que todos partilhavam a festa (Menezes Neto 2010; Silva, 2015).

No entanto, depois de um amplo debate e atendendo à demanda das próprias agremiações, a disputa e a estrutura das arquibancadas acabaram sendo retomadas (e seguem até hoje). Os coletivos, em suma, defendiam a importância de se apresentar daquela forma para um público mais amplo do que aquele com quem se vive cotidianamente nas sedes, nos terreiros e nos territórios onde esses grupos estão situados e compreendiam a centralidade dos concursos para a dinâmica que mobiliza parte das agremiações.

Apesar de tratar de outro cenário, em sua análise sobre o Carnaval carioca, Maria Laura Cavalcanti (2006) já havia chamado a atenção para a importância desse formato de desfile carnavalesco e para a relevância do caráter espetacular para as agremiações de cultura popular nessas atividades. Nas palavras da autora:

10. Grandes avenidas localizadas no bairro de São José, no centro do Recife.

11. Ambos situados no centro do Recife.

> As escolas de samba, nascidas nos morros e subúrbios cariocas, ocupam hoje com seu desfile o centro de uma festa espetacular. Esse percurso tem sido frequentemente interpretado por uma ótica que opõe uma origem autêntica e genuinamente popular a uma descaracterização trazida pelo desenrolar do tempo. Por trás da beleza de um desfile, a crescente comercialização de seu processo e ampla participação de outros segmentos sociais conspurcariam tenazmente a pureza originária das escolas. Essa visão, que valora sem compreender, sempre me provocou grande insatisfação. Essa interpretação enaltece alguns aspectos do processo cultural de um desfile – como a sua dimensão festiva e comunitária – e exclui da análise outras dimensões igualmente importantes – como a comercialização e seu caráter espetacular, por exemplo (Cavalcanti, 2006, p. 23-24).

Vale ressaltar, além disso, que, na primeira década dos anos 2000, a prefeitura passou a organizar o Concurso e coube à FECAPE desempenhar um papel apenas residual na realização dos desfiles[12]. Naquele período, o Concurso foi integrado ao chamado "Polo das Agremiações", em um contexto de organização que determinou uma nova configuração das festas de Momo na cidade, passando a fazer parte do que ficou conhecido como o "Carnaval Multicultural do Recife". A nova composição do Carnaval estaria marcada pela diversidade da festa e contaria com polos centralizados (nos bairros centrais do Recife, destacando-se o do Marco Zero) e polos descentralizados (nos bairros periféricos da cidade), bem como apresentações em estruturas de palco.

Os polos centralizados[13] apresentavam a seguinte distribuição: o "Polo das Fantasias", localizado na Praça do Arsenal da Marinha, no Bairro do Recife – que tinha como objetivo exaltar a nostalgia dos antigos carnavais; o "Polo Mangue", no Cais da Alfândega, também no bairro do Recife – destinado aos gêneros chamados "alternativos" e "independentes", representados por artistas do Movimento Manguebeat, do rock e da música eletrônica; o "Polo de Todos os Frevos", destinado aos diferentes gêneros de frevo; o "Polo Afro", valorizando as manifestações culturais de matrizes africana; o "Polo das Tradições" e o "Polo das Agremiações", destinados aos Concursos de agremiações carnavalescas; e, por fim, o "Polo Multicultural", o principal palco do Carnaval, localizado na Praça do Marco Zero, que representaria a diversidade de expressões artísticas do Carnaval do Recife (Andrade, 2016). Além disso, surgiram os chamados "polos descentralizados" espalhados em diferentes bairros da cidade.

---

12. Conforme Andrade (2016), com o tempo, a relação dos representantes da FECAPE com as agremiações carnavalescas passou a ser marcado por tensões e por denúncias de exploração econômica dos coletivos que dependiam formalmente da instituição para participar do concurso. Na gestão municipal do PT, em 2000, a prefeitura decidiu assumir para si a responsabilidade de organizar e promover o concurso.

13. Esses polos são aqui entendidos tanto como dispositivos tecnológicos colocados à disposição de todos, cenas em que são apresentadas as formas de expressão, quanto como polaridades socioculturais, tais como o global e o local, o moderno e a tradição, o proibido e o possível, atravessando e construindo a historicidade do maior evento anual da cidade (Garrabé, 2012, p. 92).

Apesar da importância inquestionável dessa iniciativa para garantir a fruição artística, a democratização do acesso à cultura e a valorização das tradições locais, esse formato da festa, com o tempo, passou a consolidar um modelo de Carnaval marcado pelo predomínio de shows de grandes artistas do cenário nacional em diversos palcos da cidade. Enquanto isso, as apresentações e atividades das agremiações de cultura popular e os seus símbolos passam a ser usados de forma aparentemente coadjuvante ou, muitas vezes, como simples produto de marketing e propaganda da identidade da festa na cidade, em meio às disputas por recursos e por atração de turistas, em um contexto de concorrência com outros destinos nacionais no período festivo[14].

Mudanças e conflitos em relação ao local de realização do Concurso já começam a ser sentidos naquele período. Até a década de 1990, o desfile do centro ocorria em um trecho da Avenida Dantas Barreto. No entanto, ao integrar o Polo das Agremiações, o concurso passou a ocorrer na Avenida Nossa Senhora do Carmo, em uma via um pouco menos extensa do que a localidade original. Apesar desse polo estar situado na área central da cidade, o que lhe confere destaque em comparação aos polos descentralizados, "ambos enfrentam realidades distintas em relação aos demais polos localizados no Centro do Recife" (Andrade, 2016, p. 31). Ou seja, os outros polos da área central ganharam mais visibilidade e mais investimento, o que não ocorreu com o Concurso das Agremiações. A divulgação, a ornamentação e os preparativos não recebem o mesmo cuidado que os polos como o do Marco Zero.

Apesar das mudanças que ocorreram na festa ao longo de diversas gestões municipais, esse formato ainda influencia diretamente a produção do Carnaval da cidade do Recife. Atualmente, os polos centrais continuam tendo maior número de apresentações, em palcos de atrações locais e nacionais, bem como maior visibilidade. Além disso, a dinâmica dos camarotes passou a redesenhar a ocupação das áreas centrais da cidade.

Algumas agremiações também se apresentam nos polos descentralizados ou nos grandes palcos. Em polos como o Marco Zero, é montada uma rampa colocada à frente do palco para possibilitar a performance dos brincantes (Oliveira; Medeiros, 2025). Nessa configuração, as apresentações ocorrem sem alguns de seus personagens típicos, com dificuldades para realizar manobras e sem alegorias. Apesar disso, o Concurso das Agremiações continua sendo o principal espaço destinado às manifestações populares na festa carnavalesca. Como pode ser percebido nas palavras de

14. O gabinete do então vereador Ivan Moraes emitiu uma nota técnica com informações sobre o Carnaval do Recife em 2023. Entre as informações apresentadas no documento, observa-se que as atrações de palco, apesar de constarem em mais de 52% da programação, receberam apenas 17,9% do montante dos cachês pagos aos artistas naquele ano. Ou seja, dos valores pagos, 82,1% foram destinados aos artistas que se apresentaram em palcos na cidade (Moraes, 2023).

Marise, presidenta da G.R.C.A. Gigante do Samba: "É o nosso momento... No desfile é quando a comunidade vai nos ver, quando participa mais gente. É o momento pelo qual passamos meses nos preparando" (Santos, 2024). Mesmo havendo outros momentos de apresentação para alguns grupos em diferentes lugares, como afirma a líder da Gigante do Samba, escola que já foi 62 vezes campeã do carnaval, o Concurso das Agremiações produz uma realidade diferente, sendo um espaço de relações próprias onde as agremiações são as protagonistas. É, portanto, um espaço de legitimidade, de encontro com a comunidade, mesmo não estando nela.

Também é preciso considerar que, para algumas agremiações, esse é o único espaço de apresentação. Alguns clubes e troças, por exemplo, só se apresentam no Concurso, diferentemente do que ocorre com os maracatus ou os caboclinhos. Mesmo as escolas de samba só conseguem desfilar com seus carros alegóricos durante o Concurso, o que enfatiza a importância desse espaço no fazer festivo e como as diferentes modalidades apresentam relações diversas com essa competição.

Os Concursos de Agremiações Carnavalescas ocupam, portanto, um papel central na dinâmica dos coletivos que fazem o Carnaval do Recife. Há uma dimensão social, que diz respeito ao sentimento de pertença dos integrantes em defesa do seu local de origem, assim como uma dimensão espetacular, que está relacionada ao fato de os grupos interagirem e exibirem-se para um público bem maior do que aquele com o qual convivem em seu cotidiano nos terreiros e sedes. Mais do que a verba destinada aos grupos, está em disputa, ao que se percebe, o reconhecimento do público e dos jurados pelo esforço empreendido pelos carnavalescos e integrantes ao longo de todo o ano. É nesse momento em que as agremiações podem exibir a beleza de suas indumentárias e adereços, mostrar a performance dos seus participantes e a riqueza poética e estética de sua brincadeira, além de chamar a atenção para o seu bairro ou seu município de origem, como forma de dinamizar e salvaguardar suas respectivas tradições.

3 "Bora Ver": as agremiações carnavalescas e a espacialidade da festa

Como mencionamos anteriormente, em 2023, logo após o período mais crítico da pandemia, determinadas áreas centrais da cidade do Recife estavam passando por mudanças significativas, a partir da execução do megaprojeto urbanístico, imobiliário e turístico naquela região. Além disso, a própria dinâmica e estrutura do Carnaval recifense contribuíram para a consolidação de um modelo de festa que havia sido iniciado em anos anteriores, marcado cada vez mais pelo deslocamento das ruas para os palcos e do espaço público para os camarotes privados.

Nesse contexto, quando as agremiações puderam finalmente retornar às ruas no período pós-pandêmico, o Concurso de Agremiações Carnavalescas foi transferido para o trecho de uma rua estreita, em uma região mais afastada do centro da cidade, próxima a um parque e a uma grande avenida que liga as cidades de Recife e Olinda. O local, com isso, era um pouco mais distante dos novos empreendimentos e das obras que passaram a ser executadas no centro da cidade naquele período, bem como dos principais polos de animação do Carnaval do Recife. O argumento da prefeitura na época era que essa mudança havia sido uma reivindicação dos comerciantes da área que haviam reclamado do tempo necessário para a instalação e a retirada da estrutura para a festa. Havia também a promessa de que no novo local seria oferecida uma melhor estrutura para os participantes do Carnaval.

Outro argumento utilizado pelo poder público era que, do ponto de vista logístico, essa nova espacialidade poderia favorecer a chegada dos inúmeros ônibus e caminhões que trazem os integrantes, fantasias e alegorias das agremiações, já que a mobilidade nas principais vias do centro da cidade se torna um aspecto extremamente crítico nos dias de festa. No entanto, o distanciamento dos principais polos do Carnaval (e do público) passou a ser visto como um fator negativo e a transferência ocorreu à revelia dos interesses de parte dos representantes dos grupos de cultura popular que participam tradicionalmente há quase um século dos desfiles carnavalescos em uma determinada localidade.

Vale lembrar que as transformações que ocorrem nas cidades, durante grandes eventos festivos, fazem parte da própria dinâmica urbana. Roberto Da Matta (1997), em sua obra clássica "Carnavais Malandros e Heróis", já chamava a atenção para as transformações que ocorrem na cidade em festas, como o Carnaval. Nas palavras do autor:

> O centro comercial da cidade fica fechado ao trânsito, de modo que as pessoas ligadas ou não às corporações típicas do Carnaval – como os blocos e as escolas de samba -, possam ocupá-lo sem problemas. A rua ou avenida é domesticada, já que no mundo diário as ruas do Brasil (e do Rio de Janeiro) são áreas mortais, com automóveis trafegando em alta velocidade, dispostos a liquidar as pessoas. No Carnaval, porém, esse centro da cidade, tão nervoso e histérico, surge como se fosse uma praça medieval: totalmente tomado pelo povo que ali anda substituindo os carros, vendo ou brincando o Carnaval. Transforma-se, sob um chamado "esquema carnavalesco", um centro de decisões impessoais (onde negócios são realizados) em um centro de todo tipo de encontros e dramatizações típicas do Carnaval (Da Matta, 1997, p. 111).

O professor, arquiteto e urbanista Manoel José Ferreira de Carvalho (2016) também argumenta que há um processo de "transfiguração" das cidades em períodos de grandes celebrações. Conforme o autor, há uma "cidade efêmera" ou uma "construção

ritual dos espaços" em grandes eventos como o Carnaval, as manifestações religiosas, as marchas de protesto, entre outras ocasiões (Carvalho, 2016). Os urbanistas devem levar em consideração essa transfiguração dos espaços públicos em seus projetos, em sua opinião. Nas palavras do autor:

> Imagino que os ritos de apropriação dos espaços seriam um conjunto de movimentos, gestos, procedimentos, atitudes, através dos quais determinados grupos de usuários exercem seus interesses em determinado território, em relação com outros grupos e com outros ambientes. Para nós, arquitetos, falar em ritual soa como dar à arquitetura um movimento. Dar à arquitetura o sentido do tempo que, na verdade, é o elemento fundamental para nós, que trabalhamos com o espaço. Ainda que tantas vezes essa variável seja esquecida nos projetos dos edifícios, nos projetos das praças – que aparentam ser formas inertes, cenários vazios –, não se pode ignorar completamente a vida das pessoas que irão se apropriar daqueles espaços e sobre o qual irão construir os seus cotidianos. Portanto, esse é um tema fundamental para nós, arquitetos, não só pelo que ele representa, mas pelo que poderá representar num processo de visão mais aberta do exercício da arquitetura em relação à cidade (Carvalho, 2016, p. 20).

De acordo com Carvalho (2016), em festividades como o Carnaval, não é só a paisagem da cidade que é alterada, mas a sua funcionalidade, os seus cheiros, os seus sons e os seus protagonistas. Em outras palavras, há uma apropriação, ainda que efêmera, do espaço público por aqueles que fazem a festa. Com isso, durante um certo tempo, aquele passa a ser fundamentalmente um outro território. Isso não quer dizer, obviamente, que o poder público não exerça algum nível de controle e de cerceamento dos corpos e das atividades que são desenvolvidas naquele espaço. Ao contrário, a história demonstra que há uma tentativa de domesticação e tolhimento permanente da efervescência que emerge nos dias de festa. Mas há, inevitavelmente, uma ocupação coletiva que se estabelece nesses espaços em períodos festivos, de modo que eles passam a adquirir outros sentidos e vêm a ser ocupados predominantemente por outros sujeitos.

Além disso, no caso dos bairros de São José e de Santo Antônio, onde tradicionalmente ocorrem os Concursos de Agremiações Carnavalescas há mais de 90 anos, são também espaços onde surgiram diversas agremiações carnavalescas do Recife e locais onde ocorrem diferentes outras cerimônias e atividades ligadas à festa, como a tradicional Noite dos Tambores Silenciosos e o desfile de agremiações como o Galo da Madrugada. Há uma relação de longa duração com esses espaços. São, portanto, "lugares de memória" para muitos desses coletivos (Nora, 2012). Além disso, conforme mencionamos, são bairros próximos aos polos principais do Carnaval do Recife, onde há uma maior concentração e circulação de foliões e de turistas nos dias de festa, garantindo uma maior visibilidade a essas agremiações.

A mudança do local do Concurso em 2023, portanto, gerou uma forte indignação por parte dos representantes das agremiações naquele ano. Há relatos de que o espaço era insuficiente para a passagem de carros alegóricos e dos integrantes de algumas agremiações, como algumas escolas de samba, que contam com mais de mil integrantes. As reclamações também ocorreram por parte dos foliões, com registros de dificuldades para se chegar à arquibancada, iluminação insuficiente e ruas sem tanto movimento, o que impactou o público que acompanhava os desfiles. Além disso, não havia nenhuma indicação do novo local do desfile, bem como uma diferença expressiva no processo de divulgação da programação e de infraestrutura em relação aos demais polos da folia. Nas programações oficiais, desde aquele período, não consta mais qualquer informação sobre o Concurso de Agremiações Carnavalescas do Recife.

Em 2023, com isso, alguns artistas recifenses iniciaram uma campanha nas redes sociais no período carnavalesco com o título "bora ver" para que a população fosse assistir aos desfiles das agremiações. Liderados pela cantora Karina Buhr e por uma ONG que trabalha com projetos ligados às expressões de cultura popular, chamada Instituto Casa Astral, os artistas buscavam chamar a atenção para a riqueza e a diversidade das agremiações carnavalescas e para a importância dos desfiles para esses coletivos. Na campanha, defendia-se a "valorização das agremiações e de toda a 'gente carnavalesca', que se prepara o ano inteiro para abrilhantar o nosso carnaval com suas cores, danças e sons". Além disso, convocava a população para gravar vídeos curtos e depoimentos nas redes sociais para chamar as pessoas para assistir aos desfiles.

O movimento ganhou força entre determinados segmentos da população e da mídia local naquele período e, com isso, atraiu uma maior visibilidade aos desfiles naquele ano. No ano seguinte, em 2024, diante da repercussão negativa da mudança de local, o Concurso de Agremiações Carnavalescas do Recife finalmente retornou ao bairro de Santo Antônio. Dessa vez, no entanto, em um pequeno trecho da Avenida Dantas Barreto, um pouco mais distante do local onde costumava tradicionalmente ser realizado.

Esse espaço, vale ressaltar, continua mantendo uma menor visibilidade em relação aos demais polos do Carnaval. A sua estrutura foi montada entre os camarotes destinados ao desfile do Galo da Madrugada e se mantém distante dos locais onde estão sendo realizadas alterações mais significativas na paisagem do centro do Recife. Ainda assim, parece estar mais próximo a um território que continua ocupando um papel central para inúmeras agremiações e para os seus integrantes. A relação desses coletivos com as áreas centrais do Recife, nesse sentido, fica evidente em episódios como esse. Há uma cidade efêmera e territórios festivos que precisam ser considerados nos planos urbanísticos. Deslocá-los é pôr em risco aspectos importantes para os coletivos e para os sujeitos que fazem parte da festa, em razão de suas relações com esses espaços.

Considerações finais

Nesse texto, buscamos refletir sobre as consequências, no âmbito do patrimônio imaterial, das alterações radicais em curso no centro do Recife. De modo particular, procuramos refletir sobre como o projeto de desenvolvimento e ocupação para a referida região e as mudanças na dinâmica do Carnaval da cidade parecem ter contribuído para deslocamentos espaciais em uma das atividades mais importantes para os segmentos de cultura popular do Carnaval: o Concurso de Agremiações Carnavalescas do Recife.

Conforme chamamos a atenção, o centro do Recife vem passando por transformações radicais nos últimos anos, convertendo-se em um *locus* privilegiado de investimentos por parte de determinados segmentos da iniciativa privada e em um espaço para execução de megaprojetos urbanísticos, imobiliários e turísticos. Ainda que não estejam claras as consequências que essas transformações irão ter na dinâmica de festividades como o Carnaval, percebem-se, desde já, algumas implicações em atividades importantes dessa celebração.

Além disso, o próprio Carnaval da cidade vem sofrendo alterações nas últimas décadas. Nesse contexto, o Concurso de Agremiações Carnavalescas, que tem ocupado historicamente um papel central na dinâmica existencial, econômica, social e simbólica de muitos desses coletivos, passou a ser afetado, ao ser retirado de um espaço que ocupava há mais de 90 anos nos dias de festa no centro do Recife. Os impactos da mudança foram sentidos de forma imediata tanto para os carnavalescos e brincantes, como para os foliões.

Mesmo sabendo que o espaço urbano é um ambiente em permanente mudança e que o próprio Concurso de Agremiações Carnavalescas passou por transformações ao longo da história, é importante refletir em que medida os projetos de desenvolvimento e as ações voltadas ao planejamento urbano afetam a relação de inúmeros sujeitos e coletivos com determinadas espacialidades. O caso do deslocamento do Concurso de Agremiações Carnavalescas em 2023 parece ser emblemático para refletir sobre isso.

Referências

ALVES, Pedro. Pernambuco suspende o carnaval de 2021 devido à pandemia da Covid-19. Recife: **G1-PE**. 17 dez de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/12/17/pernambuco-suspende-carnaval-de-2021-devido-a-pandemia-da-covid-19.ghtml. Acesso em: 30 jul. 2026.

ANDRADE, Rafael Moura de. **A política multicultural no carnaval do Recife**: democratização, diversidade e descentralização. 2016. 107 f. Recife. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

ARRUDA, Bernardo Fortes de Moura. **Classes e classificações na cidade**: disputas simbólicas entre frações de elite do Recife. 2025. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2025.

BERNARDINO, Iana Ludermir. Central areas in dispute: a look at the dynamics of space production in times of pandemic and its consequences. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [*S. l.*], v. 17, n. 2, p. e5025, 2024. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5025. Acesso em: 30 jul. 2026.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. **Carnaval Carioca**: dos bastidores ao desfile. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CARVALHO, Manoel José Ferreira de. **A cidade efêmera do carnaval**. Salvador: Edufba, 2016.

CONECTA Recife. Mapa do centro do Recife com a indicação dos principais equipamentos culturais, bens e monumentos tombados. Recife: Prefeitura do Recife. 2025. Disponível em: https://conecta.recife.pe.gov.br/mapa/leaflet. Acesso em: 30 jul. 2026.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ESTEVES, Leonardo. Territórios da Festa: o Carnaval e o Projeto Novo Recife. **Ambivalências**, São Cristóvão, SE, v. 11, n. 22, p. 145-166, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/20016. Acesso em: 30 jul. 2026.

ESTEVES, Leonardo Leal. **Cultura e burocracia**: os Maracatus de Baque Solto nas encruzilhadas do Estado. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2026.

GARRABÉ, Laure. O carnaval do Recife entre seus polos: uma leitura de seus processos de uniformização e singularização. **Repositório**, Salvador, n. 19, p. 91-102, 2012.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Urban interventions, memories and conflicts: black heritage and the revitalization of Rio de Janeiro's Port Zone. **Vibrant**: **Virtual Brazilian Anthropology**, v. 10, n. Vibrant, Virtual Braz. Anthr., 2013, v. 10, n. 1, jan. 2013.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. A produção do "patrimônio revitalizado" pelo Porto Maravilha: categorizações e gestões de uso em uma rua comercial. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 47, 27 jan. 2020.

GROSSI, Miriam Pillar; TONIOL, Rodrigo (Org.). **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

PROENÇA LEITE, Rogério. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, junho, 2002, p. 115-134.

MEDEIROS, Isabela; BARRETO, Francisco de Sá. Uma reflexão sobre cidade, conflito e a "ocupação" como léxico da agência política do Recife contemporâneo a partir do Movimento Ocupe Estelita. **Revista Desenvolvimento Social**, [*S. l.*], v. 26, n. 1, p. 10-37, 2021.

MENEZES NETO, Hugo. Tem samba na terra do frevo! a batalha frevo x samba no carnaval multicultural do Recife. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 45-59, nov. 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico Especial.** Doença pelo Coronavírus COVID-19. Ministério da Saúde, Brasil, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/julho/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-permanece-sendo-o-de-26-de-fevereiro. Acesso em: 30 jul. 2026.

MORAES, Ivan. **Nota Técnica 05/2023**: Carnaval do Recife: transparência, contratações e cachês. Recife. Gabinete Ivan Moraes, 2023. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1nmJ8-G0yGHMC4LiM96YwOWcEOQSbFZaJ. Acesso em: 30 jul. 2026.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, *[S. l.]*, v. 10, 2012.

OLIVEIRA, Karla D. S.; MEDEIROS, Hermano C. O polo das agremiações: a "festa do pobre" no carnaval multicultural de Recife (2000-2010). *In:* NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; MEDEIROS, Hermano Carvalho; AGUIAR JÚNIOR, José de Arimatéa Freitas; SILVA, Rodrigo Caetano (Org.). **Percursos e novas abordagens: pesquisas em história do brasil**. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2025. p. 372-395.

PERNAMBUCO. **Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002**. Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco – RPV-PE e dá outras providências. Pernambuco: Alepe Legis, 2002. Disponível em: https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=12196&complemento=0&ano=2002&tipo=&url=. Acesso em: 30 jul. 2026.

PONTUAL, Virgínia (*et al.*). **São José**: olhares em confronto – um bairro patrimônio cultural do Recife. 1. ed. Recife: CEPE, 2021.

RECIFE. **Lei Municipal nº 18.827, de 06 de setembro de 2021**. Institui e disciplina, no âmbito da Administração Pública Municipal, o Registro do Patrimônio Vivo do Município do Recife (RPV-Recife). Recife: Câmara Municipal do Recife, 2021. Disponível em: https://leis.org/municipais/pe/recife/lei/lei-ordinaria/2021/18827/lei-ordinaria-n-18827-2021-institui-e-disciplina-no-ambito-da-administracao-publica-municipal-o-registro-do-patrimonio-vivo-do-municipio-do-recife-rpv. Acesso em: 30 jul. 2026.

RECIFE. **Recife anuncia suspensão do Carnaval em 2022**. Recife: Prefeitura do Recife, 2022. Disponível em: https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/05/01/2022/recife-anuncia-suspensao-do-carnaval-em-2022. Acesso em: 30 jul. 2026.

RECIFE. **Lei Municipal nº 19.426/2025**. Lei de Parcelamento, uso e ocupação do solo (LPUOS). Recife: Câmara Municipal do Recife, 2025a. Disponível em: https://icps.recife.pe.gov.br/apresentacao-da-minuta-do-projeto-de-lei-de-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-do-recife-pl-lpuos. Acesso em: 30 jul. 2026.

RECIFE. **Regulamento do Concurso de Agremiações Carnavalescas do Recife**. Recife: Prefeitura do Recife, 2025b. Disponível em: https://www.culturarecife.com.br/public/documentos/Concursos%20Carnaval%202025/Regulamento%20Concurso%20Agremiacoes%20Carnaval%202025.pdf. Acesso em: 30 jul. 2026.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SARMENTO, Luiz Eduardo Pinheiro. **Patrimônios ausentes, cidades invisíveis**: lutas, conflitos e novas centralidades urbanas. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

SANTOS, Maria Carolina. Desfile das agremiações volta à Dantas Barreto, mas segue sem divulgação. **Marco Zero Conteúdo**. 09 de fevereiro de 2024. Disponível em: https://marcozero.org/desfile-das-agremiacoes-volta-a-dantas-barreto-mas-segue-sem-divulgacao. Acesso em: 30 jul. 2026.

SANTOS, Maria Carolina. Prefeitura empurra desfile para rua estreita, longe da folia, sem divulgação e irrita carnavalescos. **Marco Zero Conteúdo**. 16 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://marcozero.org/prefeitura-empurra-desfile-para-rua-estreita-longe-da-folia-sem-divulgacao-e-irrita-carnavalescos. Acesso em: 30 jul. 2026.

SANTOS, Maria Carolina. Oito (ou mais) pontos que você precisa saber sobre a nova Lei de Uso do Solo do Recife. **Marco Zero Conteúdo**. 09 de outubro de 2025. Disponível em: https://marcozero.org/oito-ou-mais-pontos-que-voce-precisa-saber-sobre-a-nova-lei-de-uso-do-solo-do-recife. Acesso em: 30 jul. 2026.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. **Trombones, tambores, repiques e ganzás**: a festa das agremiações carnavalesca nas ruas do Recife (1930-1945). 2010. 270 f. Recife. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, Augusto Neves. Metamorfoses de uma festa: Histórias do carnaval em Recife (1955-1972). **Revista Crítica Histórica**, [*S.l.*], ano VI, n. 11, p. 196-224, 2015.

SECRETARIA de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Departamento do Cadastro Único – DECAU. **Famílias em situação de rua cadastradas no Cadastro Único no Recife**. Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único. Brasil, 2026. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=oNOclsLerpibuKep3bV%2Bfmhj05Kv2rmg2a19ZW51ZXKmaX6JaV2JlWCadWCNrMmTbXuUoNqmrMGpjLrCl6WjlMnusm%2BiqaGt3nSItJiZysZupbCoyveho7CpoVrdnm20mJoaDp%2FTnqZ94LpUr7Gpr9r89BHanHfFmIqvqL6btqKvq6ej7ZrAbqWcd6SUzp6m0e28VP%2Fio6PcqMm%2BcqnT3W4%3D&ag=m&codigo=261160. Acesso em: 30 jul. 2026.